



## FORMAÇÃO NOS ESPAÇOS ESCOLARES: educação do campo e políticas públicas - a educação que temos e a educação que queremos

### EDUCATION IN SCHOOLS: rural education and public policies - the education we have and the education we want

#### ARTIGO

**Renilda Batista Prina Lamon<sup>1</sup>**

Universidade do Estado de Mato Grosso –  
UNEMAT

E-mail: [renilda.lamon@unemat.br](mailto:renilda.lamon@unemat.br)

**Laudemir Luiz Zart**

Universidade do Estado de Mato Grosso –  
UNEMAT

E-mail: [zart@unemat.br](mailto:zart@unemat.br)

**Djeice Quele Linhares Gonçalves**

Universidade do Estado de Mato Grosso –  
UNEMAT

E-mail: [djeice.quele@unemat.br](mailto:djeice.quele@unemat.br)

#### RESUMO:

Neste artigo investigamos a formação e as políticas públicas na Educação do Campo no município de Cáceres-MT, com foco na discrepância entre a educação atual e as aspirações das comunidades camponesas. Com base em uma perspectiva crítica e histórica, buscamos analisar as experiências dos movimentos sociais e a produção coletiva de conhecimentos que subsidiem políticas públicas voltadas ao fortalecimento do campo como um espaço de construção social, econômica e cultural. A pesquisa revelou um distanciamento significativo entre as políticas públicas existentes e as demandas eminentes das comunidades. A metodologia incluiu pesquisa de campo e investigação documental, com a realização de audiências públicas e debates em distritos e comunidades, visando levantar e sistematizar as necessidades e propostas dos camponeses. Os autores basilares que fundamentaram as discussões foram Arroyo (2004), Machado (2021 e 2022), Zart (2012, 2019 e 2020), dentre outros. Os resultados indicam que a educação atual nas escolas do campo não atendem aos anseios locais, que buscam uma formação que valoriza a cultura regional e promova a permanência no campo. As audiências públicas destacaram a necessidade de integrar saberes locais e garantir uma vida digna e sustentável. Diante dos resultados da pesquisa, pudemos concluir que é fundamental fortalecer a organização comunitária e adotar uma abordagem participativa na formulação de políticas públicas, visando uma educação do campo que reflita as necessidades e desejos dos(as) camponeses(as).

**Palavras-chave:** Educação do Campo, Políticas Públicas, Formação Camponesa, Identidade e Protagonismo.

#### ABSTRACT:

*In this article, we investigate the training and public policies in Rural Education in the municipality of Cáceres-MT, focusing on the discrepancy between current education and the aspirations of peasant communities. Based on a critical and historical perspective, we seek to analyze the experiences of social movements and the collective production of knowledge that support public policies aimed at strengthening the countryside as a space for social, economic, and cultural construction. The research revealed a significant gap between existing public policies and the eminent demands of the communities. The methodology included field research and documentary investigation, with the holding of public hearings and debates in districts and communities, aiming to raise and systematize the needs and proposals of peasants. The basic authors who supported the discussions were Arroyo (2004), Machado (2021 and 2022), Zart (2012, 2019 and 2020), among others. The results indicate that current education in rural schools does not meet local needs, which seek education that values regional culture and promotes permanence in the countryside. The public hearings highlighted the need to integrate local knowledge and ensure a dignified and sustainable life. Given the results of the research, we were able to conclude that it is essential to strengthen community organization and adopt a participatory approach in the formulation of public policies, aiming at rural education that reflects the needs and desires of peasants.*

Editor deste número:

Dr. João Batista Lopes da Silva  
Universidade do Estado de Mato Grosso  
e-mail: [revistaedu@unemat.br](mailto:revistaedu@unemat.br)



**Keywords:** Rural Education, Public Policies, Peasant Education, Identity and Protagonism.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste artigo procuramos examinar a formação nos espaços escolares, com foco na educação do campo originada nos movimentos sociais populares e comunidades tradicionais, abrangendo as escolas rurais localizadas no município de Cáceres-MT. Buscamos olhar para as experiências vividas pelas comunidades locais, refletindo sobre a *educação e a escola que temos em relação à educação e a escola que queremos*.

Um dos objetivos da pesquisa foi verificar e interpretar o processo de capacitação, nas experiências de formação, que articulam trabalho-educação, feitas nos movimentos e organizações. Para isso, analisamos, nas comunidades e escolas do campo, nos espaços e tempos em Cáceres-MT, as práticas e concepções de educação do campo, no campo, que propiciaram vivência e qualidade de vida aos sujeitos do/no campo.

As formações têm o potencial de iluminar os projetos de educação e comunidades nas quais os sujeitos coletivos constroem suas atividades relacionadas ao trabalho produtivo e educação escolar. Nesse sentido, os momentos de mobilização e de formação foram significativos para a população camponesa de Cáceres-MT. Pudemos verificar a ampliação de conhecimentos que propiciaram um diálogo e interação dos sujeitos do campo, refletindo sobre a educação escolar presente nas comunidades.

Percebemos que a configuração curricular das escolas do campo tem contribuído muito pouco para as vivências e realidades do contexto rural. Esses espaços demandam, urgentemente, de uma política educacional que realmente atenda às necessidades dos territórios, fortalecendo a identidade das populações camponesas e reconhecendo-as como protagonistas de suas relações, construções e história.

As reflexões aqui empreendidas são resultados de estudos e formações ocorridas em escolas do campo, que contaram com atividades e oficinas de educação realizadas em cinco comunidades do campo a saber: Distrito de Vila Aparecida, em 14 de outubro de 2010; Distrito Nova Cáceres, em 20 de outubro de 2010; Distrito de Santo Antônio do Caramujo, em 21 de outubro de 2010; Comunidade Clarinópolis, em 3 de novembro de 2010; Assentamento Antônio Conselheiro, em 9 de novembro de 2010.

Essas localidades pertencem ao município de Cáceres-MT, elas contam com a participação de camponeses/as (jovens e adultos) das comunidades dos cinco territórios mencionados. Participaram das atividades entidades sindicais, movimentos sociais do campo, partidos políticos de militância com a educação do campo, programas e instâncias universitárias e órgãos públicos responsáveis pela educação desse segmento do campo. A motivação foi o desenvolvimento de ações político-educativas para a compreensão dos referenciais teóricos e metodológicos da educação do campo para a mobilização e organização dos sujeitos sociais da área rural, buscando a construção de políticas públicas de educação do campo, no município de Cáceres-MT.

A metodologia utilizada tem base na pesquisa de campo, complementada com a investigação documental de relatório elaborado pelo Núcleo de Estudos e Praxiologias da Universidade e do Mundo do Trabalho da Universidade do Estado de Mato Grosso (NÚCLEO UNITRABALHO), cuja função é preencher lacunas de informações que estão faltando em um estudo. Esse método apresenta informações e constrói uma maior familiaridade do problema/objetivo, possibilitando construir hipóteses iniciais para realizar um planejamento estratégico. O processo de formação foi pautado em audiências públicas ocorridas em espaços pedagógicos escolares e não escolares, realizadas em cinco territórios diferentes do município de Cáceres-MT.

A seguir, vamos abordar sobre como ocorreram as formações que analisamos.

## 2 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

As atividades analisadas pela pesquisa foram articuladas pelo Núcleo de Estudos e Praxiologias da Universidade e do Mundo do Trabalho (NÚCLEO UNITRABALHO) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), no polo de Cáceres. Os conteúdos abordados foram voltados ao desenvolvendo de ações político-educativas para a compreensão dos referenciais teóricos e metodológicos da educação do campo. O objetivo foi a mobilização

e a organização dos sujeitos sociais do campo, com a finalidade de formar sujeitos ligados às entidades sociais e escolas rurais para a compreensão e a proposição de ações para a educação do campo, captando os significados construídos pelos participantes na perspectiva da construção coletiva do conceito de campo. Foram explicitados os conceitos e as práticas educativas presentes nas escolas do campo, para apontar o *que fazer* para o desenvolvimento da educação do campo, debatendo as concepções de Estado e de sociedade para a construção de políticas públicas, criando ambiências coletivas para o debate relativo ao desenvolvimento de propostas de políticas para a educação do campo.

Estas formações serviram de base de orientação para a continuidade e aprofundamento das ações, tanto para os poderes políticos municipais, estaduais e federais, como para o processo de orientação à formação, pesquisa e extensão. Fomentaram a organização dos sujeitos do campo para a continuidade de trabalhos, começados de forma organizada coletivamente, na configuração das identidades dos sujeitos protagonistas das ações, em um processo de construção e de organização dos sujeitos camponeses, das organizações e das entidades que se corresponsabilizam na implantação das políticas públicas.

As formações tiveram como sustentação delimitar ações e estratégias para a organização e construção coletiva de um pensamento para a Educação do Campo, com base na diversidade, na sustentabilidade e no protagonismo dos sujeitos sociais do campo, buscando o fortalecimento das comunidades com a implementação e construção de políticas públicas que fortaleçam o campo nos seus diversos aspectos.

O conceito de educação do campo, ao longo do tempo, vem sendo construído historicamente nos movimentos sociais organizados. Para os movimentos sociais camponeses, “campo” tem uma conotação política de continuidade e identidade com a história das lutas camponesas e está explicitado nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Segundo essas diretrizes, a educação do campo, tratada como educação rural, na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas que ultrapassa, na medida em que acolhe em si os espaços pesqueiros, caíçaras, ribeirinhos e extrativistas.

Conforme Arroyo (2004), o campo, neste contexto, transcende a mera definição de zona rural; trata-se de um espaço de infinitas oportunidades que potencializa a conexão dos indivíduos com a construção das condições para a existência social e com as realizações da sociedade. Para tanto, esses sujeitos coletivos querem construir, na prática, projetos de escolas e educação que articulam uma formação humanista do ensino formal e trabalho produtivo.

Com base na perspectiva crítica e histórica, as experiências de formação e realidades dos movimentos sociais populares do campo, já existentes, podem resgatar e aprofundar formas de se organizar, em prol de políticas públicas que fortalecerão o campo, como espaço de produção do conhecimento, produção social, econômica e cultural das comunidades. E para que a leitura crítica, das realidades dos espaços sociais camponeses, levante e esboce o que se tem de concreto, em termos das políticas e o que as comunidades, como um todo, querem com essas políticas, são bases informacionais sistematizadas, que podem ir ao encontro das comunidades camponesas, propiciando qualidade de vida em seus diversos aspectos. Segundo Zart (2012), o conhecimento é uma produção social, que se articula com a capacidade de interação das pessoas, dos diferentes conhecimentos e as práticas sociais desses indivíduos.

Nesse ponto de vista, fica claro que os sujeitos constroem, de forma coletiva, suas políticas pela luta de classes, cujos interesses atravessam as experiências que envolvem sujeitos políticos coletivos, movimentos sociais populares do campo, que vivenciam os desafios de analisar as potencialidades e as limitações dessas experiências para a construção de uma política pública de educação do campo, pautada no princípio da solidariedade e do bem-estar de todos/todas.

Considerando a mobilização em torno do desenvolvimento integral do campo no município de Cáceres-MT, o distanciamento entre a educação oferecida nas escolas rurais e a realidade vivenciada pelas comunidades camponesas, bem como as necessidades estruturais para o progresso do campo, e levando em conta que a Educação do Campo abrange um conjunto amplo de ações e programas, os resultados dos debates preliminares realizados nas escolas-comunidades apontam para um extenso conjunto de demandas.

Analizando que o processo participativo e democrático é a metodologia adequada para

a configuração da política pública para a educação do campo, esta afirmação é possível pela avaliação dos aprendizados na pedagogia da participação e da necessidade da construção de políticas públicas para a Educação do Campo no município de Cáceres-MT. Dessa forma, destacamos a relevância de fortalecer a organização do campo como um instrumento essencial para a formação integral dos/as camponeses/as e para a construção de políticas públicas que promovam a resistência e assegurem a permanência no campo.

A resistência se dá às forças de poder de um campo que não se restrinja ao agronegócio, sistema que tem circunvalado os pequenos produtores, causando inclusive fechamento de muitas escolas do campo e concomitante a esse processo, provocando o enfraquecimento de lutas dos/as camponeses/as. As políticas governamentais denominadas de redimensionamento têm causado a morte de muitas comunidades, pois quando se fecha uma escola, automaticamente se fecham espaços de diálogos, de interações, de aprendizados e de disseminação de cultura, conforme podemos observar no relato:

O fechamento das escolas no campo nos remete a olhar com profundidade que o que está em jogo é algo maior, relacionado às disputas de projetos de campo. Os governos têm demonstrado cada vez mais a clara opção pela agricultura de negócio – o agronegócio – que tem em sua lógica de funcionamento pensar num campo sem gente e, por conseguinte, um campo sem cultura e sem escola (Hilário, do Setor de Educação do MST, 2011).

Para que a educação no campo avance é fundamental que homens e mulheres, camponeses e camponesas, reflitam profundamente sobre a educação que atualmente temos nas escolas do campo e sobre a educação que almejamos construir.

A primeira audiência que observamos foi realizada no distrito de Vila Aparecida, com a participação das comunidades de Bocaina da Cascavel, Santana e Água Branca; Flor da Mata, Remesso, Barranquinho, Duas Barras, Piran e Ferrugem; Taquaral, Nossa Senhora da Guia, Formigas, Guanandi, Bezerra Branco, Cachoeirinha e Vila Aparecida.

O segundo encontro foi realizado no distrito Nova Cáceres, com a participação da Escola Municipal Paulo Freire – Assentamento Nova Conquista e Extensão Limoeiro, Escola Estadual Mário Evaristo Henry, Escola Municipal 16 de Março e Escola Municipal União e Trabalho.

A terceira audiência ocorreu no distrito do Caramujo com as seguintes escolas participantes: Escola Estadual Prof. João Florentino Silva Neto e Escola Municipal Santo Antônio do Caramujo, localizadas dentro do próprio distrito, Escola Municipal São Francisco da Comunidade São Francisco, Escola Municipal União e Extensão da Escola Estadual Prof. João Florentino Silva, localizadas no distrito de Horizonte do Oeste.

A quarta articulação foi realizada em Clarinópolis, com a participação das comunidades Corixa, Corixinha, Sapicuá, Rancho da Saudade, Katira, Clarinópolis, Assentamento Alegria, Soteco, Rocha Velha, Limão, Barranqueira, Água Boa e Bom Sucesso. A quinta audiência foi realizada no Assentamento Antônio Conselheiro com a participação de Laranjeira I e II, Fazendinha, Mata Cumprida, Ipê Roxo, Feijão e Serrinha.

Cáceres é um município com um território de 24.495,510 km<sup>2</sup>, situado na mesorregião Centro-Sul do estado de Mato Grosso e na microrregião do Alto Pantanal. Seu território é composto por 6% de bioma Amazônia, 8% de bioma Cerrado e 85% de bioma Pantanal. A dinâmica de inserção em diferentes pontos do município permitiu ampliar a participação, abrangendo um número significativo de camponeses e camponesas, promovendo uma representatividade mais efetiva.

Em cada audiência, as pessoas se mobilizaram em grupos distintos de pais, estudantes e profissionais da educação. Estes grupos foram articulados em oficinas de debates, fizeram levantamentos e sistematizações sobre “a educação que temos e a educação que queremos”. Após os debates em grupo, as situações e as proposições foram levadas para plenárias, quando cada grupo temático teve a oportunidade de apresentar aos demais suas ideias, e nessa plenária, foram sistematizadas as propostas de cada comunidade sobre a política de educação do campo que almejaram.

As audiências públicas ocorreram em 2010, que culminou em um encontro geral,

realizado no Auditório “Edival dos Reis”, na Cidade Universitária da UNEMAT, na sede do município, no dia 16 de novembro de 2010. Este momento contou com a participação das comunidades envolvidas nas audiências públicas, realizando um significativo momento de formação, de sistematização e de encaminhamentos. As comunidades interagiram e realizaram uma culminância extremamente produtiva das discussões conduzidas em cada local. Esse momento formativo inspirou a ideia de organizar uma conferência, destinada a ampliar e consolidar as reflexões sobre toda a política relacionada à educação do campo do município de Cáceres-MT.

### **3 VOZES CAMPONESAS NA ANÁLISE E PROPOSIÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Segundo Machado, a “[...] educação do campo é aquela pensada e realizada pelos trabalhadores do campo, a partir de suas necessidades e aspirações” (Machado, 2022, p. 5). Com base na compreensão da autora e analisando as discussões realizadas em cada audiência pública, observamos uma mobilização significativa em torno do desenvolvimento integral do campo no município de Cáceres-MT. Levando em conta os resultados dos debates realizados nas escolas-comunidades, organizados pelo Núcleo UNITRABALHO, pelo Mestrado de Educação da UNEMAT, pela Secretaria Municipal de Educação, pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres-MT (STTR), e pelo Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (CEFAPRO), bem como da participação ativa da população do campo, os debates e sistematizações evidenciaram necessidades estruturais fundamentais para o desenvolvimento dessa região.

Os processos dialógicos participativos demonstraram que a Educação do Campo integra um vasto conjunto de ações e de programas, que indicam um amplo conjunto de demandas e considera que o processo democrático é a metodologia adequada para a configuração da política pública da educação do campo.

Em um processo avaliativo da necessidade da construção de políticas públicas para a Educação do Campo, no município de Cáceres-MT, foi possível evidenciar as finalidades e as questões relativas ao desenvolvimento integral das comunidades do campo e a participação efetiva dos sujeitos sociais para o estabelecimento de diretrizes e ações relativas às suas realidades.

As manifestações dos sujeitos sociais demonstraram o reconhecimento de que há um vazio institucional relativo à educação do campo, no município de Cáceres, que há espaços do campo com demandas e possibilidades de desenvolvimento econômico e cultural e que os agentes sociais do campo, camponeses/as, profissionais da educação (professores/as e funcionários/as) avaliaram que é necessário realizar a formação para a compreensão aprofundada dos significados teóricos e epistemológicos da educação do campo. Que a escola rural está sob os valores, tanto ideológicos quanto científicos, que são orientadores da sociedade urbanocêntrica. Que existe a necessidade de práticas educacionais que apreendam, compreendam e desenvolvam as complexidades das sociedades camponesas.

Nesse contexto constatamos que o processo educativo das escolas do campo no município de Cáceres-MT, em sua grande maioria, está mais próximo de uma extensão da educação urbana do que preconiza as diretrizes da educação do campo, que traz como princípio uma escola formadora de sujeitos, articulada a um projeto de emancipação humana que valorize os diferentes saberes no processo educativo, os espaços e tempos de formação dos sujeitos da aprendizagem e que essa educação e o lugar da escola estejam vinculados à realidade dos sujeitos.

As pessoas do campo declaram qual a educação existente e qual a educação que camponeses e camponesas almejam. Durante os processos de discussão nos grupos de trabalho, homens e mulheres, jovens e adultos afirmaram que a educação existente não condiz com os anseios das comunidades camponesas. Conforme as vozes camponesas, a educação vem trazendo prejuízos à população do campo, principalmente no que se refere à construção de identidade do povo camponês, e acaba sofrendo a influência urbana de educação.

Conforme Resolução nº 001/2002, do CNE/CEB (2002, p.1),

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos

sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Zart afirma que “é importante salientar que para os movimentos sociais do campo, assegurar escolas nos acampamentos e nos assentamentos para que adultos e crianças possam aprender, há uma contínua vigilância, para afirmar uma identidade e um direito social” (Zart, 2012, p. 6). Nesse sentido é primordial, assim como na vigilância dos/as camponeses/as em luta, que os processos de formação para com todos os sujeitos, constituem o campo na sua diversidade de espaços e culturas, considerando os saberes e as práticas sociais. A educação que abranja as dialogicidades, ouvindo as pessoas e ao ouvi-las percebe-se a firmeza da educação que os povos do campo querem, e ao mesmo tempo algumas reflexões quanto à construção de identidades em alguns espaços, como traremos a seguir na fala de grupos e comunidades participantes.

Durante os momentos formativos, foram ouvidos grupos de estudantes, de profissionais da educação e de pais. O grupo de pais de Vila Aparecida faz o seguinte relato:

A educação que temos ela é competitiva, voltada para a competição lá fora, para as pessoas saírem do campo e não permanecer no campo, falta de estrutura adequada, falta de lazer e nem a alimentação escolar valoriza o local, são servidos produtos industrializados e não o que é produzido na comunidade e a educação que se quer é aquela voltada para a valorização do homem do campo, seus produtos e sua importância a construção da sociedade, projeto que propiciem o lazer do jovem do campo não só dentro do espaço escolar, mas também fora dele, para que os jovens sejam motivados a viver no campo. Que o ensino superior vá até aquela comunidade para favorecer aqueles que não querem sair do campo, estrutura adequada inclusive para a educação infantil, currículo voltado para o conhecimento das tecnologias do campo, que a escola seja em tempo integral, aproveitando o conhecimento e que desenvolva a arte, o esporte e outros (NÚCLEO UNITRABALHO, 2011).

Para um grupo de estudantes, a educação que se tem hoje “é a mesma da cidade, com conhecimentos sistematizados igual à da cidade” e que a educação que se quer, além de melhorias na estrutura, equipamentos, funcionários especializados, a educação do campo precisa de “cursos que contemplem o conhecimento da vida no campo, ensinando aproveitar melhor o que a natureza nos dá, uma escola em que um período tivesse aula e no outro tivesse cursos”. Os estudantes do Ensino Médio relataram que estudam em um barracão que não sabem se é alugado ou emprestado, mas que, às vezes, passam até sede por falta de água no local e que gostariam de “receber uma formação para trabalhar aqui mesmo no campo e é de suma importância traçar metas educacionais mais voltadas para manter o homem no campo com uma vida socialmente viável”.

O grupo de estudantes do distrito de Nova Cáceres afirma:

O campo que temos é onde trabalhamos, que moramos, que vivemos e que temos uma escola para estudar, formamos grupo para associações e debatemos políticas públicas, discutimos secas, queimadas, temos ônibus quebrados, falta água e a escola sem as condições de estrutura, que se quer é uma escola que organiza um horário diferenciado, que conheça a realidade do aluno e estudar na prática (NÚCLEO UNITRABALHO, 2011).

O grupo de profissionais e de pais traz a seguinte reflexão: “o campo não é apenas um espaço geográfico, mas é um local onde as pessoas vivem e desenvolvem suas atividades econômicas, culturais, sociais e políticas, é um espaço utilizado para a vida” e avaliam a educação existente como “algo distante dessa realidade e que se quer uma educação que valorize a vida das pessoas e de suas culturas”. Citam as más condições das escolas, do transporte escolar e o modo pelo qual as pessoas foram assentadas. Segundo a declaração de um pai, os: “assentamentos sofrem com falta de água no período de seca e muitas famílias não conseguem chegar nas suas casas no período de chuva, pois alaga tudo”.

O grupo de profissionais da educação do distrito de Caramujo relata insatisfação com a educação vigente nas escolas das comunidades que formam aquela região e que “as pessoas precisam se conscientizar sobre a importância que é a educação com qualidade para que a

educação possa os ajudar a ter uma vida digna perante a comunidade e a sociedade”. Contam, ainda, que se faz necessário as pessoas “perceberem de fato o que se tem e refletir se é esta educação que se quer, que há a necessidade de mobilização das pessoas para se organizar, pois estão muito no individualismo”. Segundo a opinião de um professor “falta organização das pessoas”, e para uma estudante, eles precisam “desconstruir a concepção de individualismo tão presente na sociedade local”. Esses relatos não diferem do que a população do campo no Brasil, de forma geral, tem discutido nas últimas décadas.

A I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (I CNDRSS), ocorrida em Olinda-PE, em junho de 2008, em seu relatório final chama atenção para o desenvolvimento sustentável do meio rural, para fazer dele um espaço mais democrático e com mais cidadania. Ao analisarmos as falas dos/as camponeses/as, nos processos de formação, aqui citados, percebemos estes anseios nas escolas do campo, onde a educação e a escola são espaços e ao mesmo tempo, vida para as comunidades, porque quando se fecha uma escola, a comunidade se enfraquece ou, em sua grande maioria, deixa de existir.

Ter escolas do campo que pensam na educação escolar voltada para a vida integral dos sujeitos camponeses/as, reconhecendo a cultura, fortalecendo a identidade, propiciando conhecimentos, produção, interação e vida digna são bases políticas e epistemológicas para garantir a existência de um campo com gente, e não um campo como o agronegócio, e o capitalismo tem proposto e forçado, tendo como consequência a venda da terra, fechamento de escolas e a exclusão dos camponeses.

As situações de subsunção dos povos camponeses às racionalidades da cultura do capital têm gerado o êxodo rural, provocando um consumismo desenfreado, principalmente entre a população mais jovem, tendo como origem e consequência a desconsideração da cultura e da economia camponesa, ficando à mercê de uma política excludente. O desdobramento tem sido o abandono do campo em busca de uma vida melhor nas áreas urbanas, provocando o esvaziamento e comprometendo a garantia da agricultura familiar, produção que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (BGE), é responsável por 70% dos alimentos que são consumidos pela população brasileira.

De acordo com a I CNDRSS,

A hegemonia de alguns setores e de um determinado padrão não eliminou as contradições, provocou enorme concentração de riquezas e não impediu que o meio rural brasileiro se constituísse com uma diversidade de segmentos sociais, com diferentes identidades e com diferentes lugares na atual estrutura social e econômica (I CNDRSS, 2008, p. 57).

Pensar a educação no campo, é considerar os sujeitos desse espaço, não é simplesmente lançar nas escolas currículos conteudistas, projetos políticos pedagógicos desvinculados da realidade local, que pouco ou nada contribui com estes educandos e educandas. Concordamos com Zart, quando diz:

E, é no contexto da mobilização, para educar-se, que os movimentos sociais do campo sentiram no primeiro momento a necessidade da formação de educadores/as para atender às suas demandas. Mas a questão que se propunha problemática era saber por onde fazer? Como fazer? Com quem fazer? (Zart, 2012, p. 30).

Nesse contexto, o processo formativo é primordial para a construção da identidade e fortalecimento dos sujeitos do campo. Pensar em formação é planejar um currículo que valorize os saberes das pessoas do campo, seus costumes, seus tempos de vida e produção, que reconheça a diversidade local e que promova qualidade de vida. É refletir e realizar políticas públicas e projetos políticos pedagógicos em que as escolas assumam a tarefa de produzir as relações de saber entre sujeitos e o mundo concreto das pessoas. Machado afirma que, “a organização do trabalho pedagógico não se dá aleatória e ingenuamente, ela é sustentada por um conjunto de princípios filosóficos, políticos e epistemológicos[...]”, afirmando ainda que o “[...]Projeto Político Pedagógico implica pensar os conteúdos, as metodologias e as finalidades que articulem tais ações. Significa, pois, pensar o currículo com os saberes e práticas pedagógicas que serão priorizadas a organização do ensino, o tempo escolar e a avaliação” (Machado, 2021, p. 6).

Refletir e desenvolver a educação do campo implica em dinâmicas históricas concretas e democráticas, com os homens e as mulheres, os jovens e as crianças, que anseiam por uma educação de qualidade, integral no sentido da vida, do trabalho e do estudo, respeitando a diversidade cultural e a natureza, buscando o desenvolvimento sustentável e fortalecendo meios que levem a população do campo, principalmente, a população mais jovem a querer permanecer no campo, e acima de tudo, a ter condições de vida para permanecerem no campo.

Para Zart, é necessário

desenvolver ações para fortalecer a inserção dos jovens nas atividades do Trabalho Associado, da Economia Solidária e da Agroecologia, com objetivo que os jovens possam ter condições de realizar trabalhos que lhes possibilitam uma viabilidade econômica para permanecer no campo, tendo qualidade de vida (Zart, 2019, p. 304).

Portanto, as escolas devem ser espaços abertos à comunidade, funcionando como centros de cultura, lazer e debate político. Devem ser espaços vivos que refletem a diversidade e a riqueza das culturas populares e a aprendizagem que ao transcender as formalidades da escola, incorpora as experiências de vida, o trabalho e as lutas sociais. A educação deve ser fomentada como espaço livre e ambiente inclusivo e democrático onde todas as vozes são ouvidas e reconhecidas. A infraestrutura deve ser adequada e acolhedora, promovendo o bem-estar e o aprendizado, onde educadores/as, estudantes e trabalhadores/as se unam na luta por uma educação emancipadora, que rompa com as amarras do capitalismo e abra caminhos para uma nova sociedade, em que o conhecimento e a cultura sejam patrimônios de todos e não privilégios de poucos, e se construa uma nova pedagogia, um novo espaço escolar e uma nova sociedade, alicerçada na justiça social e na liberdade.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante a observação do processo de formação e das nossas vivências, analisamos que a educação do campo no município de Cáceres-MT revela um distanciamento significativo entre as práticas educacionais atuais e as aspirações da população local. As escolas, os projetos políticos pedagógicos, os currículos e as práticas pedagógicas não atendem plenamente às necessidades e expectativas dos sujeitos do campo. Este reconhecimento por parte da comunidade camponesa destaca a urgência de um processo de proposição e construção mais aprofundado, que envolva uma participação ativa e calorosa da população na busca por uma educação do campo que promova o protagonismo na elaboração e execução de projetos e programas com relevância social e cultural.

É essencial fortalecer a identidade cultural e territorial dos sujeitos, valorizando o campo como espaço de moradia, convivência social, trabalho e desenvolvimento econômico. O reconhecimento das particularidades das culturas locais é fundamental para promover a produção e valorização dos sujeitos, especialmente para que a população jovem possa permanecer no campo, estudando e produzindo com qualidade de vida.

Para alcançar essas dimensões propostas, é necessário que as comunidades se engajem em ações coletivas com determinação e uma visão transformadora. Assumir o protagonismo e provocar as mudanças necessárias e urgentes é crucial para a construção de um campo próspero, produtivo e sustentável. Camponeses/as, adultos, jovens e crianças, devem, a partir do processo de compreensão de si e do mundo, apropriar-se de liberdade, justiça e lutar pela recuperação de sua humanidade. É preciso entender homens e mulheres como pessoas e não como coisas, desfazendo a ideia capitalista de uma educação bancária, transformando a educação em uma fonte de manutenção de um campo vivo, onde a educação escolar e as vivências cotidianas caminhem lado a lado.

A reflexão sobre esses pontos evidencia a necessidade de uma educação do campo que não apenas respeite, mas também valorize e potencialize as especificidades culturais e sociais da população camponesa. Para isso, defendemos que o poder público busque dialogar com os camponeses e camponesas – que são os sujeitos envolvidos – procure conhecer suas necessidades e leve em consideração seus anseios no processo de construção das políticas públicas, de elaboração de Projetos Políticos Pedagógicos e Currículos, vindo ao encontro dos



anseios dessa população. Somente assim será possível construir um futuro em que a educação contribua efetivamente para a manutenção e desenvolvimento de um campo vibrante, sustentável e economicamente viável para uma vivência com qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Maria Conceição. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB. **Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, 9 abr. 2002. Seção 1, p. 32.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB. **Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, 29 abr. 2008. Seção 1, p. 25-26.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável. **Relatório Final da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário: Por um Brasil Rural com Gente**. Olinda/PE, 25-28 jun. 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de Educação do Campo e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file> Acesso em: 2 jun. 2024.

ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO. Projeto Político-Pedagógico. Elaboração: Professores, Direção, Coordenação Pedagógica, Conselho Deliberativo e Comunidade Escolar. Direção: Prof.<sup>a</sup> Sirlei Ribeiro Fâncio Martinez. Coordenação: Prof. Jorge Leandro Pereira. Cáceres – MT: Secretaria Municipal de Cáceres, 2012.

MACHADO, Ilma Ferreira. **Organização do Trabalho Pedagógico em Escola do Campo no Estado de Mato Grosso, nos Anos de 1980 e 1990**. EDUR – Educação em Revista, v. 37, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698229231>. Acesso em: 2 jun. 2024.

MACHADO, Ilma Ferreira. **Orientações Curriculares para Educação do Campo no Estado de Mato Grosso: Um Olhar a Partir das Ciências Naturais**. RBEC, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmt.edu.br/index.php/campo/article/view/12967>. Acesso em: 2 jun. 2024.

SISMMAC. **Fechamento de 24 mil escolas do campo é retrocesso**. Reportagem de Luiz Felipe Albuquerque para o portal do MST, 2011.

UNITRABALHO. Núcleo de Estudos e Praxiologias da Universidade do Mundo do Trabalho. **Relatório do contexto Geral e da configuração do Campo**. Cáceres/MT, 14 de set. 2011.

ZART, Laudemir Luiz (Org.). **Caderno Pedagógico: Metodologias Participativas na Educação**. Cáceres: Unemat Editora, 2020.

ZART, Laudemir Luiz. **Produção Social do Conhecimento na Experiência do Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo (Camosc): Interação da Unemat e de Movimentos Sociais do Campo**. Campinas: Unicamp, 2012.

ZART, Laudemir Luiz; PAEZANO, Eliane dos Santos Martinez; MARTINS, Lucilene de Oliveira (Org.). **Educação e Socioeconomia Solidária: Fundamentos da Produção Social do Conhecimento**. Cáceres: Editora Unemat, 2019.

ZART, Laudemir Luiz (Org.). **Realidades Brasileiras: Teorias e Práticas Sociais Libertadoras**.

Cáceres: Editora UNEMAT, 2023.

---

i Sobre os autores:

**Renilda Batista Prina Lamon** (<https://orcid.org/0009-0007-5437-1789>)

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2002). Pós Graduada com Especialização em Psicopedagogia pela FIVE- Faculdades Integradas de Varzea Grande-MT (2004). Atualmente cursa o Mestrado em Educação PPGEDU pela UNEMAT, como aluno Especial. É professora - EMEI Madre Maria Estevão. Atuou 24 anos em escolas do campo no Ensino Fundamental e Educação Infantil, Fez parte da Comissão que organizou a 1 Conferência de Educação do Campo-Desafios e Avanços Para Educação do Campo-Cáceres-MT (2011), foi Conselheira e secretária do Conselho Municipal de Educação de Cáceres-MT-CMEC de 2015 a 2018, foi membro do FMTEI- Vale do Jauru (2018). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação do campo, educação infantil, educação ambiental, conscientização, projeto de ensino e referência curricular.

**Laudemir Luiz Zart** (<https://orcid.org/0000-0001-9117-0782>)

Graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Dom Bosco, Santa Rosa - RS (1987), mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998), doutorado em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (2012) e pós-doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Adjunto da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reys Maldonado - Campus Universitário Jane Vanini de Cáceres e integro o Núcleo UNITRABALHO da UNEMAT e a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEES). Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação e Docência (GFORDOC). Professor do Mestrado de Educação da Unemat na linha de pesquisa: Educação e Diversidade.

**Djeice Quele Linhares Gonçalves** (<https://orcid.org/0009-0006-6217-1018>)

Mestranda em Educação (Educação e Diversidade) na Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) (2024). Graduação em Nutrição - Faculdades Integradas Aparício Carvalho (2014). Especialização em Nutrição Clínica e Especialização em Metodologia do Ensino Superior. Possui vasta experiência no âmbito da Nutrição. Com experiência na área de Nutrição Clínica Hospitalar atuando pelo Governo de Estado do Mato Grosso, Secretaria de Estado e Saúde na unidade Hospital Regional de Cáceres Dr. Antônio Fontes (HRCFAF) e Anexo I Hospital São Luiz, 2022. Possui experiência em Alimentação Escolar como Nutricionista Responsável Técnica pela execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE nos municípios de Cujubim/RO 2015; Campo Novo de Rondônia/RO 2016; Costa Marques/RO 2020; Cáceres/MT 2021/2022; São José dos Quatro Marcos/MT 2023; Cáceres/MT 2023. Atualmente é nutricionista na Secretaria Municipal de Educação de Curvelândia-MT.

#### Como citar este artigo:

LAMON, Renilda Batista Prina; ZART, Laudemir Luiz; GONÇALVES, Djeice Quele Linhares. Formação nos espaços escolares: educação do campo e políticas públicas - a educação que temos e a educação que queremos. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**. vol. 15, n. 2, p. 95-104, 33ª Edição, 2025. <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs>.

**Revista Educação, Cultura e Sociedade** é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

**Indexadores:** DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV – DIADORIM – SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES – GOOGLE SCHOLAR